



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO / MG

ANÁLISE TÉCNICA – ASSESSORIA FINANCEIRA E CONTÁBIL



PL 43/2022 – Altera a Lei nº 2.861, de 5 de abril de 2022 e dá outras providências.

Solicitante: Samuel Augusto do Nascimento – Analista Jurídico Parlamentar

Trata-se de Projeto de Lei que altera a Lei 2.861 de 5 de abril de 2022 que autorizou a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente visando a transferências a instituições privadas sem fins lucrativos para despesas de pessoal dessas entidades.

O ofício nº 0167/2022/GPBCN, que encaminhou o Projeto de Lei em questão, menciona a necessidade de adequação da Lei 2.861 de 5 de abril de 2022, uma vez que a modalidade de aplicação dos recursos havia sido informada com erro material nessa lei. O elemento de despesa foi informado 33903400 no lugar de 33503400.

Outra alteração é no valor da abertura de crédito especial que aumentou de R\$ 498.000,00 para R\$ 616.640,00. Conforme ofício que encaminhou esse projeto de lei, foi inserida mais uma entidade nos serviços socioassistenciais da rede municipal.

Lei 2.861, de 5 de abril de 2.022.

Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente e dá outras providências.

O Povo do Município de Bom Despacho/MG, por seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento aprovado para o exercício de 2022 pela Lei nº 2.847, de 23 de dezembro de 2021, em conformidade com o disposto no art. 41, II, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R\$ 498.000,00 (quatrocentos e noventa e oito mil reais):

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO	FONTE	VALOR
Fundo Municipal de Assistência Social	07.02.08.244.0027.2067.33903400	100	498.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO / MG



CONCLUSÃO

O projeto de Lei 43/2022 solicita uma adequação à Lei 2.681 de 5 de abril de 2022, visando adequação do elemento de despesa e aumento no valor de abertura de crédito adicional. Essa adequação é necessária para atender a Portaria nº 233, de 15 de abril de 2019 do Tesouro Nacional, que alterou regras de classificação orçamentária.

Este é o parecer

Bom Despacho, 05 de maio de 2022.

Tânia Aparecida Pereira

Assessora Financeira e Contábil